

Exercício da NATO de 26 a 28

Os 32 países membros... Exercício da NATO de 26 a 28

Demissão do diretor da Academia Militar

O diretor da Academia Militar... Demissão do diretor da Academia Militar

Protesto do Governo brasileiro

O Brasil protestou... Protesto do Governo brasileiro

Secretário-geral da Amnesty em Lisboa

O secretário-geral da Amnesty... Secretário-geral da Amnesty em Lisboa

Expectativa na Emisora Nacional

Na expectativa... Expectativa na Emisora Nacional

Conselho de Imprensa escolhe independentes

O Conselho de Imprensa... Conselho de Imprensa escolhe independentes

Primeira reunião do Comitê Instaladora da Constituinte

A primeira reunião... Primeira reunião do Comitê Instaladora da Constituinte

Auto-estrada até ao Carregado

Até ao Carregado... Auto-estrada até ao Carregado

FRANCISCO PINTO BALDINOZ

ASSISTENTE DE LUCIANO MARQUES RIBEIRO DE SOUSA

Assembleia do MFA reúne segunda-feira com agenda carregada

Assembleia do MFA reúne segunda-feira com agenda carregada

RIC de Lisboa pede nacionalização do Ensino e da Saúde

RIC de Lisboa pede nacionalização do Ensino e da Saúde

Partido comunista pede a nacionalização do ensino e da saúde

Partido comunista pede a nacionalização do ensino e da saúde

Partido comunista pede a nacionalização do ensino e da saúde

Partido comunista pede a nacionalização do ensino e da saúde

Partido comunista pede a nacionalização do ensino e da saúde

Partido comunista pede a nacionalização do ensino e da saúde

Partido comunista pede a nacionalização do ensino e da saúde

Partido comunista pede a nacionalização do ensino e da saúde

Partido comunista pede a nacionalização do ensino e da saúde

Partido comunista pede a nacionalização do ensino e da saúde

Um pouco de água na caldeira em ebulição

Um pouco de água na caldeira em ebulição

General Silva Cardoso ao EXPRESSO: Tres braços armados não defendem os interesses de Angola

Os partidos per dentro PS: haverá fumo sem fogo?

20 anos depois de Bandung a Ásia em perspectiva: Teng Siao Ping em Paris, Laos e Coreia

A nacionalização dos cereais, cimentos e tabacos

Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho ao EXPRESSO: "A dinâmica da revolução ultrapassará os partidos"

Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho ao EXPRESSO: "A dinâmica da revolução ultrapassará os partidos"

Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho ao EXPRESSO: "A dinâmica da revolução ultrapassará os partidos"

Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho ao EXPRESSO: "A dinâmica da revolução ultrapassará os partidos"

Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho ao EXPRESSO: "A dinâmica da revolução ultrapassará os partidos"

Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho ao EXPRESSO: "A dinâmica da revolução ultrapassará os partidos"

Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho ao EXPRESSO: "A dinâmica da revolução ultrapassará os partidos"

Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho ao EXPRESSO: "A dinâmica da revolução ultrapassará os partidos"

Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho ao EXPRESSO: "A dinâmica da revolução ultrapassará os partidos"

Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho ao EXPRESSO: "A dinâmica da revolução ultrapassará os partidos"

Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho ao EXPRESSO: "A dinâmica da revolução ultrapassará os partidos"



Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho

OTELLO SARAIVA DE CARVALHO

TISSONIC um relógio electrónico TISSOT



TISSOT o relógio que conquistou o mundo inteiro

24 horas em notícia

Exercício da NATO de 26 a 28

DE 26 a 28 de Maio, realizar-se-ão, junto da costa portuguesa, exercícios da NATO em que se integrará o novo Grupo Contínuo da Armada Portuguesa. Os exercícios, cuja oportunidade foi agora reiterada pelas autoridades navais portuguesas, serão seguidos da visita de várias unidades a Lisboa (29 de Maio a 2 de Junho, data da abertura da Assembleia Constituinte), e a Ponta Delgada (6 de Junho).

Os exercícios inserem-se num período cheio de reuniões da NATO: Comité Militar; Assembleia dos Parlamentares (22 a 24); Cimeira dos Chefes dos Estados dos países membros (29 de Maio).

Demissão do director da Academia Militar

PLÉBUI a demissão do seu cargo, o director da Academia Militar, General Delgado e Silva. Não são conhecidos os motivos invocados para a demissão, nem se sabe se este já foi aceite.

Protesto do Governo brasileiro

O EMBAIXADOR do Brasil em Lisboa, Alvaro Fontoura, apresentou há dias um protesto formal do Governo brasileiro contra a difusão pela rádio de um programa considerado ofensivo para aquele Governo.

O programa, que teve compreendidos entrevistas com três democratas exilados políticos brasileiros, era da responsabilidade da 5.ª Divisão do EMGFA. Observadores ligam a atitude do embaixador brasileiro à sua personalidade e carreira políticas. De facto, segundo aqueles observadores, o diplomata brasileiro, que se encontra em funções em Lisboa ainda não há um ano, poderia regressar ao Brasil em Novembro próximo.

Na sequência da sua carreira política, o lugar pretendido poderia ser o de Comandante Chefe da Região Militar do Rio Grande do Sul, um dos blocos mais fortes das Forças Armadas brasileiras, e que, no passado, tem sempre gozado consideravelmente na designação dos militares residentes dos Estados Unidos do Brasil.

Secretário-geral da Amnesty em Lisboa

O SECRETÁRIO Geral da Amnesty International, Martin Ennals, deve chegar a Lisboa em meados do próximo mês de Junho.

Ennals fará coincidir a sua destinação com o lançamento da versão em português do relatório da Amnesty International sobre a tortura. Conta além disso, avistar-se com elementos do Conselho da Revolução e líderes dos partidos políticos.

Como se sabe, a Amnesty defende os direitos humanos dos prisioneiros políticos e tem como objectivo a libertação de todas as pessoas detidas por motivos políticos ou religiosos. Durante o regime fascista, esta organização teve um papel meritorioso, trabalhando a favor dos presos políticos portugueses, em Portugal e nas colónias.

Entre os seus principais patrocinadores, incluem-se o arcebispo de Canterbury, Roger Baldwin, Erich Fromm, Salvador de Maderiaga, Gunnar Myrdal, Alan Paton e Giorgio La Pira.

Expectativa na Emissora Nacional

ENCONTRA-SE em ponto morto a situação da substituição da Direcção da Emissora Nacional. Efectivamente, a actual Direcção persiste no seu pedido de demissão. Ao mesmo tempo, a maioria dos trabalhadores da E. N. tem-se pronunciado sucessivamente pela sua própria saída. Mas, o impasse só será resolvido depois do regresso do ministro Correia Jesuino dos Estados Unidos da América.

Por outro lado, a hipótese de a 5.ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas suceder à presente Direcção na orientação da E. N., herdando os complexos problemas administrativos, parece encontrar-se afastada, pela própria iniciativa da 5.ª Divisão.

Entretanto, ontem realizou-se uma reunião geral de trabalhadores da E. N. para discutir a eleição de uma comissão Revolucionária Civil, reunindo representantes de todos os blocos.

Durante a reunião, não foi aceite a proposta da formação da Comissão Consultiva Revolucionária, entendendo-se que a sua competência deveria caber às Comissões de Trabalhadores existentes.

rensa ntes

reconstruído pela Lei das quatro pessoalmente com os representantes dos partidos da coliga- As pessoas envolvidas no jornalista e editor, icidade Ciesal), Maria ministro dos Assuntos e Andrade e Silva de Lisboa). Agra- ensa designou uma ntar um projecto de onstituído Ramalho- ra? Maria Adelaide a e o rapido Santo-

adora

talidade da Assem- segunda-feira. Da s Elmaro Rocha, Amorim Guerra respectivamente, Ant6nio Gutier- sas (que represe-

Estado das Obras o Governo, foi do sub-lanço da Franca de Niza ca de Niza-Car- apropriações ne

PCP (m-l) na volta da China

O PCP (m-l) realizou ontem uma conferência de Imprensa, na qual foram abordados assuntos relacionados com a recente visita efectuada por este partido à República Popular da China.

O principal orador desta conferência de Imprensa foi Eulálio Vilar que vive em determinada situação que o PCP (m-l) continuaria a apoiar a burguesia liberal e as liberdades democráticas, como meio de combater os des- imperialismos, ao mesmo tempo que iria estreitar as relações com o terceiro mundo e a Europa ocidental.

Esperava-se que a delegação vinda da China tivesse um papel específico a desempenhar. Neste aspecto é de- ntar a seguinte afirmação de Vilar: «Embora Meio Amá- nico exponha ideias justas sobre as relações de Portugal muitas vezes coincidentes com as nossas, a prática verifi- cada é bem diferente.»

O secretário-geral do PCP (m-l) referiu ainda que o seu partido irá não só firmar o pacto com o MFA, mas também apoiá-lo, pois é, segundo aquele dirigente, o único poder político capaz de garantir as liberdades democrá- ticas e evitar que os social-fascistas tomem o poder.

Conferência de Imprensa do MRPP divulgará planos de organização fascista

O MRPP (Movimento Reorganizado do Partido do Pro- telariado efectuou hoje, pelas 9.30 horas, na sua sede cen- tral, na Avenida Pedro Álvares Cabral, 19, uma Confe- rência de Imprensa para a qual convidou todos os jornal- istas portugueses e estrangeiros.

Essa conferência destina-se a tornar público clemente revelados a partir da captura de um importante agente fascista acerca das actividades e preparativos de uma orga- nização terrorista-fascista que visava passar à acção contra o povo português.

Revogação do Código Administrativo

FUI ENTREGUE, no passado dia 14, ao Conselho de Revolução um documento do conjunto Inter-Câmaras de Lisboa, em que se propõe a revogação parcial do Código Administrativo, e a nova regulamentação das Comissões Administrativas das Câmaras Municipais. O texto corre- sponde a um documento provisório que o EXPRESSO já tinha divulgado, há algumas semanas.

Sequeira, Aventino Alves

Major Aventino Alves Teixeira ao EXPRESSO:

A informação é essencial à mobilização popular

Major Aventino Alves Teixeira ao EXPRESSO:

A informação é essencial à mobilização popular

INTEGRADO no panorama geral da imprensa portuguesa, o caso do jornal "O Século" aparece como um dos mais preocupantes sob o ponto de vista económico-financeiro. Na sua base jurídica e administrativa, a Sociedade Nacional de Tipografia, a quem há poucos dias o Conselho de Ministros concedeu aval no Estado para um novo emprestimo de 7000 contos.

As sucessivas vicissitudes por que tem passado a empresa — a dimensão da sua principal publicação, o jornal diário da chamada grande informação justificam, quanto a nós, a tentativa de esclarecimento em que os empenhados junto da administração, cujo presidente administrador por parte do estado, major Aventino Teixeira, não deixou de vincar bem sua reticência em dar em-

previsões e de salientar as dificuldades com que a partida o nosso propósito contaria.

Obtivemos, apesar disso, algumas respostas para algumas questões importantes para uma arrumação no "dosser" imprensa e para a clarificação de dados de um problema que importa não apenas aos 850 trabalhadores da SNT mas ainda e insistentemente ao leitor. Que tem que ver, em estreita ligação, com o próprio direito de informar e ser informado.

Fazemos pois ao major Aventino Teixeira várias questões concernentes à situação da SNT e que, no decurso da troca de impressões, deixaram margem para uma integração no próprio processo político nacional. Eis o que daí resultou, devencado pela primeira pergunta:



EXPRESSO — Como administrador da SNT, dado que a situação económica da empresa parece grave, vem necessidade urgente de encontrar verbas muito importantes, consente viável uma recuperação significativa?

MAJ. AVENTINO TEIXEIRA — A SNT não tem possibilidade de recuperar, por só, os 150 mil contos de prejuízos acumulados e os 250 milhões de financiamentos (com juros anuais da ordem dos 25 mil) quaisquer que sejam os esforços desenvolvidos nesse sentido por comissão de trabalhadores

pela administração. O problema é passível de ser exposto sob o seguinte esquema: órgãos de informação escritos numa sociedade de dominância burguesa estão para os grupos políticos e económicos que sustentam tal como o departamento de publicidade, dente de cada empresa, está para centros de produção e de venda. Isto é são sempre deficitário. Será possível, através de técnicas

Continúa 269.

Continuação do p. 1

de gestão e de racionalização de métodos de trabalho, diminuir custos de produção, será até possível através de saneamento de competência diminuir gastos administrativos, mas estas tentativas apenas minorarão a acumulação de prejuízos e nunca resolverão a questão de croneísmo deficiente no esquema anterior.

A solução que preconizo, e que não se refere apenas à SNT mas a toda a imprensa abandonada pelos grupos económicos e políticos em termos muito crus, é a seguinte:

— Perseguir por todos os meios esses grupos económicos e políticos em fuga, por forma a que sejam eles e não o Estado a suportar os prejuízos acumulados e a aguentar as responsabilidades dos financeiros. Desarmar-nos, portanto, de contempções com direitos "adquiridos" através de contratos injustos baseados numa legalidade que é a expressão última e a mais sútil da ideologia dominante; expropriação impiedosa dos que, a propósito de um capital social de cerca de dois mil contos, empolam um negócio ao nível de meio milhão de contos. Não se pode prender pessoas pagando-lhes o Estado os prejuízos... alisonino qualquer tipo de compensação moral!

Por outro lado, "prossigui o maior Aventino Teixeira concretizando melhor a sua resposta, "penso que a informação sob a égide do Estado tem que ser definitivamente encarada como um serviço de utilidade pública: a nacionalização dos órgãos de informação sob a administração estatal será que ser vista sob o duplo aspecto de não nacionalizar os prejuízos anteriores. "nacionalizando" (tornando de todos) os objectivos a que se dirige o processo revolucionário português. Os órgãos de informação não podem ser abandonados ou apoiados por uma mera questão de direito ao trabalho, mas porque são essenciais à mobilização popular para um processo que só ao povo português diz respeito.

EXPRESSO — Surgiu recentemente a recusa dos trabalhadores do "Século" de distribuição do livro, escrito por um oficial (Radiografia Militar), em que o seu nome aparece num respeitino libelo como atribuindo a responsabilidade desta decisão a um determinado partido político. Que pode adiantar sobre o caso?

MAJ. AVENTINO — Essa questão que põe é, por essência, a razão que fundamen-

ta esta troca de impressões. Tal como o autor do livro põe o problema à "República" sou obrigado a declarar para que conste, que nenhum oportunista, mesmo de meia-tigela, poderá invocar o meu nome para, utilizando as contradições das lutas partidárias, vender qualquer mercadoria seja ela um livro ou um detergente. A decisão de não distribuir o livro foi tomada pela Comissão de Trabalhadores de "O Século", aprovada por aclamação e por mim aceite como situação de facto — com a única objecção de gostar de ver definido o critério segundo o qual se pode considerar, ou não, uma dada publicação como contrariando o processo em curso. A comissão de trabalhadores integra 36 elementos afeitos a todas as organizações políticas existentes. E só.

EXPRESSO — Mas a sua posição pessoal? Leu o livro?

MAJ. AVENTINO — Não. Olhei-o. De uma maneira geral, achei-o uma descrição factual de acontecimentos ocorridos com personalidades militares. Mas que, precisamente por isso, pode levar os militares seus leitores a uma posição de saudosismo relativamente a conceitos e valores cujo conteúdo há que transformar e não sublinhar. Mas o facto de não ter lido completamente o livro não me permite considerá-lo simplesmente reaccionário ou revolucionário.

EXPRESSO — É o conflito partidário subjacente?

MAJ. AVENTINO — Que se entendam. O MFA tem apenas que observar e a minha opinião, se solicitada, dá-lhe aos órgãos de decisão do MFA.

EXPRESSO — Então, e como administrador por parte do Estado, que posição assume no processo do "Século"?

MAJ. AVENTINO — É a posição do Estado perante a situação política portuguesa em geral. É uma posição em que se procura saber o que se administra, por ordem de quem e em ordem a que. Se como administrador posso intuir e adivinhar o porquê e em ordem a quê, na medida em que sou militante do MFA, o outro aspecto, a coisa a administrar é que o Estado, o MFA e eu gostaríamos de ver objectivada através daquilo que voce chama o processo do "Século".

Mas, este não é senão um aspecto particular de uma questão mais geral, a que poderemos também chamar crise, que é a da administração de toda a informação nos seus múltiplos aspectos de autonomia económico-financeira (pouco provável), de direito ao trabalho (a luta para o garantir), política de informação ao serviço das classes ir-trabalhadoras (quisão elas ou, por outras palavras, são elas que se afirma ou é a informação que as invoca e as inventa?); nos conflitos de trabalho e conflitos ideológicos; na de-

finição das esferas de competência entre os órgãos de poder aniquilados (administrações por parte do Estado e outras) e os nascentes órgãos de verdadeiro poder popular, como as comissões e conselhos de comitês de trabalhadores, sindicatos e todas as outras formas de organização dos trabalhadores (os "soviets" não são a forma única para a resolução do problema de fundo que se põe ao povo: a natureza do poder de Estado.)

EXPRESSO — Nesse caso, que posição decorre, da primeira, que a integre na sua qualidade de membro da Assembleia do MFA?

MAJ. AVENTINO — Do meu ponto de vista, o Estado não é sendo um aparelho, um conjunto de órgãos que está nas mãos do MFA. Nessa medida e atendendo a que qualquer que seja a situação jurídica em que me encontre — reserva, reserva activa, activo, morto mesmo — sou um militante do MFA, nunca me considero administrador por parte do Estado no que isso tem de conotação com as formas de gestão estatal tal como sempre foram entendidas.

EXPRESSO — Já sou duas vezes a expressão militante do MFA. Pode defini-la?

MAJ. AVENTINO — É uma expressão muito recente, embora já apareça profusamente em documentos oficiais e em reuniões de responsáveis das Forças Armadas. O considero militante do MFA tem que ver com o próprio conceito de MFA: o MFA no seu entendimento geral não passa de um conceito ultra-abstracto com que se tenta "in loco" ajudar a resolver a crise geral da sociedade capitalista.

Em duas palavras: o MFA-conceito que surge a tentar resolver a crise da burguesia, adquire ao longo do processo um conteúdo novo que ameaça voltar o feitiço contra o feitiço — isto é, a pertinência na luta ideológica prosseguida pelos militares "democratas, patriotas e antifascistas aponta para uma única solução óbvia, que é a transposição de poderes a operar na verdadeira subs-

tuição da burguesia pelas classes trabalhadoras, lideradas pelo proletariado. Portanto, no seio do MFA, a leitura do programa, o entendimento das opções socialistas e dos objectivos fixados pelo Conselho da Revolução, não são de maneira nenhuma pacíficos. Considero militante do MFA todo o elemento das FA que, pondo definitivamente de parte leituras literais do programa e dos grandes objectivos apontados pelo Conselho da Revolução, não deixa de estar empenhado na luta ideológica que visa transformar o MFA em instrumento de golpe de Estado, em movimento de abertura, em termos de convivência, à tomada do poder pelas classes trabalhadoras, sob a liderança da única classe historicamente revolucionária, à qual compete também historicamente delimitar as alianças com as outras classes e extractos de classe.

Em resumo — continuo o maior Aventino Teixeira — ser militante do MFA é aguentar o processo, evitando que os sucessivos golpes e contra-golpes barrem no caminho a revolução, a qual passa pela submissão do MFA à direcção da classe revolucionária.

EXPRESSO — E na sua opinião, em que momento e enquadramento esses militares antigolpistas, como os referiu, aceitarão submeter-se à liderança da classe operária?

MAJ. AVENTINO — Essa pergunta é só aparentemente embaraçosa. Os militantes do MFA, tal como os entendo, não têm senão que perder definitivamente o poder de pensar politicamente. Quando o conseguirem, não adquirem rapidamente critérios de análise política que lhes possibilitarão saber, em cada momento, se a classe operária está preparada para o assalto ao poder, ou se está em fase de ser novamente esmagada pela "contra-revolução". Os militares não são de forma alguma a vanguarda da classe operária, mas dada a sua proveniência social, — há treze anos que fazíamos uma guerra injusta como mercenários do capitalismo e dos seus ideólogos, políticos profis-

sionais, certos jornalistas e outros filisteus, daí decorrendo que o recrutamento de quadros teve de deixar de fazer-se exclusivamente nas camadas de média e alta burguesia — os militares têm condições subjectivas ideais para entenderem quais as formas organizativas que a classe operária poderá aceitar para evitar o seu esmagamento e submissão.

EXPRESSO — Começamos esta troca de impressões pelo processo "Século" e com ele gostaríamos de a encerrar. Nos problemas concretos da SNI, que cobrem um largo espectro de questões — da política da informação à própria sobrevivência do jornal e da garantia de emprego para os trabalhadores — que visam apontar as tendências actuais?

MAJ. AVENTINO — Para mim, não existe o "Século" nem 350 trabalhadores senão na medida em que existem outros jornais e os seus trabalhadores em condições análogas. O critério base que nos leva à analogia de situações não pode ser outro que não o da participação do Estado na sua administração.

Posta assim a questão, o problema tem que ser encarado na sua globalidade e assim, foi constituída uma comissão interministerial encarregada de sugerir soluções aos órgãos do poder. Como elemento dessa comissão eu próprio propus a C. T. do "Século" e a uma reunião alargada desta C. T. a organização de uma espécie de seminário onde se debatessem todas as questões relativas à grande imprensa diária. É o que está a ser feito. É aquilo que entendemos por processo "Século".

Concretamente no que se refere à garantia dos postos de trabalho, a tendência é a que decorre da política geral de pleno emprego. Há dificuldades no sector da grande imprensa diária, mas as perspectivas ainda não podem considerar-se pessimistas.

Entrevista de
Victor Dumas

Carvalho, Otelio Saraiva de

Brigadeiro Otelio Saraiva de Carvalho ao EXPRESSO:

“A dinâmica da revolução ultrapassará os partidos”

A EVOLUÇÃO da ideologia política do MFA a partir de um populismo difuso tem como a influência que sobre os militares exerceram os movimentos de libertação que lutaram contra o domínio colonial português, a resistência de oficiais conservadores ao processo revolucionário, as guerras entre os partidos na conquista das respectivas eleições, o papel do Copcon e a interação das correntes de maraferos e dos conselhos revolucionários na dinâmica Furo-MFA, foram algumas das perguntas a que o comandante adjunto de Copcon e governador militar de Lisboa, brigadeiro Otelio Saraiva de Carvalho, respondeu ao redactor do EXPRESSO, Benjamin Ferrigno.

A conversa sobre o político-militar que executou o 25 de Abril e o jornalista é sumamente útil para se compreender o projecto político português que começa a aparecer com contornos definidos.

EXPRESSO — Poderia traçar um quadro político-ideológico obtido pelo M.F.A. de 25 de Abril de 1974 até agora?

OTELIO SARAIVA DE CARVALHO — É difícil traçar um quadro dessa evolução política e ideológica pois não existe, neste momento, um quadro definido. Temos é uma linha — e da linha ao quadro não vai uma distância bastante grande. No entanto o que eu não afirmo é que no 25 de Abril de 74 era diminuto o número de ideólogos do Mo-

vimento. Além do Melo Antunes, na altura, e da comissão que depois trabalhou sobre o programa redigido pelo Melo Antunes, poucos mais camaradas havia que tivessem realmente uma noção política bastante acentuada daquilo que se passava no país e das perspectivas que se poderiam abrir no campo político do caminho para o socialismo.

A esmagadora maioria de todos nós tem vindo a aprender política desde 25 de Abril de 74, tanto quanto possível.

Temos realmente, embora difusa, uma ideologia de esquerda, salvo aqueles que sendo bastante tradicionalistas ou conservadores, se apegaram a esse conservantismo, e, portanto, a toda uma política de direita a que estavam arreitados e da qual não se queriam de forma alguma separar.

A esmagadora maioria, até pela proletarianização das Forças Armadas verificada a partir da década de cinquenta, estava realmente apta a caminhar para um campo político de esquerda, claramente definido. Foi isso que realmente tem vindo a acontecer de 25 de Abril até agora. Há alterações de atitude face a uma linha política que nunca foi claramente definida, pois a ideologia política do MFA é extremamente dispersa: não temos uma ideologia política definida, não nos constituímos nunca, nem quisemos, em movimento ou em partido político. A ideologia



MFA é, portanto, neste contexto, difícil de concretizar. É pois uma ideologia de esquerda. Queremos construir um socialismo em Portugal; temos uma noção, não muito concreta daquilo que realmente pretendemos, e nesta situação é realmente difícil estabelecer um quadro de evolução.

Tem sido, quando a mim, uma evolução extraordinária, porque de um desconhecimento total percorremos com entusiasmos um caminho político. Actualmente até se passa, por vezes, em muitos dos camaradas de uma moderação revolucionária para uma acentuada esquerdismo.

Julgo que desta amalgama toda de debate que nós utilizamos nas nossas reuniões, neste caldear de intenções, de sentimentos revolucionários resultará, mais lá para diante, a linha política mais definida para a ideologia do MFA.

EXPRESSO — De qualquer modo, parece que, para já, segundo as últimas declarações de figuras representativas do MFA, incluindo as suas, o caminho aponta para um socialismo baseado num conteúdo teórico-metodológico de características eminentemente populares. Ora essas declarações e esse caminho parecem ter algo de comum com os verdadeiros movimentos de Libertação das colónias.

Até que ponto a ideologia e os métodos desses movimentos teria influenciado ou estaria a influenciar o pensamento político dos militares portugueses?

OTELIO SARAIVA DE CARVALHO — Creio que pode realmente ter influenciado, e precisamente através de um

Continua pág. 12

Otelo Saraiva de Carvalho ao EXPRESSO

As lutas partidárias dividem as massas trabalhadoras

Continuação pág. 1

conjunto de vivências que os homens vão ganhando experiências, vão estratificando as suas próprias opiniões, vão eliminando as opiniões que consideram menos válidas em relação à sua própria maneira de sentir e de ser e vão caminhando pela estrada da vida solidificando um conjunto de opiniões que lhes dão uma determinada estrutura em todos os ramos do conhecimento humano e, portanto, na política também.

Quanto aos movimentos de libertação africanos com os quais contactámos muito de perto, muito intimamente, eu julgo que realmente houve influência. Para mim, pessoalmente, foi apaixonante o estudo de um PAIGC, de uma FRELIMO, sobretudo estes que ficaram mais individualizados no contexto dos movimentos de libertação africanos contra os quais nós combatemos. Quanto a mim houve influência e julgo que também quanto à maior parte dos camaradas que estiveram envolvidos nas lutas coloniais.

A FRELIMO, sobretudo (e essa conheço-a mais de perto, uma vez que se trata de um movimento de libertação com qual tive um contacto mais directo, conheci pessoalmente muitos dos seus chefes, antes até de terem pertencido ao movimento, de o terem fundado), considero que exerciu em mim, pessoalmente, uma influência bastante grande. Claro que aquilo que se passa no contexto africano é totalmente diferente do que pode ser aplicado ao contexto geopolítico em que estamos in-

teridos. Desde 25 de Abril de 74 até hoje continuamos balanceados entre um tipo de democracia burguesa ocidental e um espírito perfeitamente revolucionário que anima muitos de nós, espírito que nos poderia impelir para a frente, constituindo o MFA um verdadeiro movimento de libertação, assumindo nós o poder legítimo que nos era conferido pelo povo ao derrubar um Governo que o povo não admitia já, porque não era representativo desse mesmo povo. Nós podíamos nos arvorar em representantes do povo e instaurar, ao fim e ao cabo, uma verdadeira democracia popular em que o poder era assumido pelas Forças Armadas, representando o povo armado. Havia aqui uma diferença em relação aos movimentos de libertação autênticos das nossas colónias, como é o caso da FRELIMO a que eu estava especificamente a referir-me. No caso da FRELIMO o povo que se vai armando para tentar o derrube colonializador, batendo-se o povo armado no território contra o opressor constituído por forças regulares. Quando se dá a conquista do poder às suas mãos, aqui seria o povo armado mas, no nosso caso, constituído por elementos do exército regular que tomamos também o poder nas mãos constituindo um poder legítimo que lhe era dado pela sua própria representatividade. Há, portanto, uma certa semelhança de atitudes. Inicialmente em 25 de Abril de 74 nós, tendo assumido essa representatividade, não a

quisemos assumir totalmente. Aí debatemo-nos dolorosamente, entre a nossa insuficiência política, a tal característica europeia do contexto em que estamos inseridos e resolvemos, então que o poder político deveria ser dado de mão beijada, no mais curto espaço de tempo, aos políticos, reservando para nós apenas o poder militar... Quisemos, imediatamente, que ficassem separados o poder político do poder militar. Havia também aí um ponto de análise extremamente importante: é que mesmo que nos não importássemos de nos considerar como uns ditadores militares instaurando uma ditadura desse tipo, não queremos faz-lo não só pelo complexo de ditadura militar, mas também porque um dos homens já escolhidos pelas Forças militares, pela sua figura carismática, era o ex-general Spínola, e esse sim, o ex-general Spínola era um homem de feição visceralmente ditorial. Se tivéssemos, portanto, corrido o risco de impor uma ditadura militar tendo Spínola à frente do processo, então, sim, seríamos corrido o risco de uma autêntica ditadura militar. Não aquela que nós sabíamos que não era uma ditadura porque não estávamos sujeitos do poder. A nossa ambição foi o derrube do governo, que sabíamos que o povo não aceitava. Em Spínola, porém, existia uma ambição de poder que, de forma alguma, era compatível com as nossas próprias ambições e, portanto, não pudemos ir realmente para essa hipótese.

Agora repito, houve em mim e em muitos camaradas, uma influência bastante grande dos movimentos de libertação.

Os conservadores no processo revolucionário

EXPRESSO — O processo tem sido controlado vivíveis nos indivíduos que foram saltando fora. No entanto continuam a existir os que não foram cilindrados por essas correntes e que no entanto são elementos conservadores. De modo esses oficiais conservadores que ainda existem nas Forças Armadas se inserem no processo revolucionário e até que ponto mesmo aqueles que mala honestamente o tenham acompanhado mas que se sentem ultrapassados pela sua dinâmica poderão vir amanhã a entravá-lo?

OTELLO SARAIVA DE CARVALHO — Penso que será extremamente difícil entrar o processo, o que aliás se tem visto. Ao logo do ano, aqueles que pretendiam entrá-lo foram precisamente os que saltaram fora da carroça. A «carroça» tem continuado, e chamo-lhe carroça em vez de comboio por que se tem andado muito rapidamente nalguns aspectos e muito lentamente em outros, mas, tal como dizia Lenine, temos muitas vezes que recuar dois passos para avançar firmemente. «Alguém?» nalguns casos, temos avançado cautelosamente e noutros o avanço tem sido extremamente rápido. Estou plenamente convencido que estamos a construir uma revolução que tem tanto de original como de difícil. Quanto aos camaradas conservadores tradicionalistas, é certo que muitos deles têm-se visto em extremas dificuldades para acompanhar o processo. Muitos já foram afastados e é possível que ainda alguns venham a sê-lo. Há na realidade, os que honestamente não a querer acompanhar mas que, no seu tradicionalismo, se rebelam

contra um estado que classificam de indisciplina e de desordem, que querem honestamente seguir o processo mas não o compreendem e que não aceitam as sequelas próprias de uma revolução, revolução que tem sido extraordinária no seu pacifismo tendo uma revolução socialista. Esses, mais cedo ou mais tarde, estão convencido que terão mesmo que abandoná-lo ou então terão de sofrer continuamente (só por quererem agarrar-se à sua profissão) de um complexo permanente de culpa por não terem a coragem de se rebelarem contra este processo.

O divisionismo dos partidos

EXPRESSO — Logo após as eleições começou a verificar-se, a nível civil, um despique, digamos mesmo até uma luta partidária. Estes despiques ou lutas, a continuarem, e que se irão reflectir, fatalmente, nas Forças Armadas que consequência poderão trazer para a Revolução Portuguesa?

OTELLO SARAIVA DE CARVALHO — Desde sempre tenho visto com profunda apreensão as lutas partidárias que se têm vindo a desenvolver no país e que tendo tido um certo apaziguamento na altura das eleições vieram, depois, imediatamente a seguir, a reacender-se.

As lutas partidárias provocam um divisionismo extraordinário nas massas trabalhadoras do país numa altura em que a nossa economia, já débil, entrou numa crise enorme. Seria pois necessário um reforço intenso da produção e do trabalho. Um reforço conjugado de todas as massas trabalhadoras do país para aumentar a produção para que possamos restabelecer o equilíbrio da nossa balança de pagamentos.

As reivindicações de aumentos salariais e a diminuição do número de horas de trabalho, tudo isso foi pernicioso para o processo. Mas, num processo revolucionário, como este, é perfeitamente natural que isso tenha acontecido. Tem, no entanto, de haver uma conscientização muito grande das massas trabalhadoras para considerarem realmente que o trabalho produtivo resulta não só em seu próprio benefício mas sobretudo no benefício da comunidade.

As lutas partidárias que têm sido alimentadas pelos partidos, provocam um divisionismo entre as massas trabalhadoras que é também extremamente pernicioso.

Como é evidente, essas lutas estendem-se também às Forças Armadas, que são, neste momento, um sector importante e muito aliado por todos os partidos políticos. Logo essas lutas partidárias e fomentadas sobretudo ao nível de cúpulas que procuram, a todo o momento, aliciar as forças militares provocam consequentemente nestas uma luta. É esse divisionismo que pode vir a ser extremamente pernicioso. Já vimos o que aconteceu no 11 de Março, resultante de um divisionismo bastante grande que se vinha a acentuar e a que não foram estranhas acções partidárias.

Mais concretamente por um aliciamento que se vinha a processar dos oficiais spinolistas por parte do Partido Socialista que talvez não tenha jogado nessa intenção. A verdade, porém, é que provocou a formação de uma facção socialista por parte dos oficiais spinolistas, facção que entrou em choque com outros elementos do MFA que se consideravam partidários e só jogavam na linha MFA. Isso provocou uma certa retracção

s oficiais do MFA
 vram os outros, os
 ue se estavam a
 rtículo Socialista,
 les que estavam a
 adêra força de
 MFA. Este foi um
 livão - que só
 Partido Socialis-
 pior resultante
 precisamente a
 da que provocam
 o elementos da
 rugueza numa
 em vez de diver-
 'ta haver uma
 e esforços muito
 um aumento de
 em todos os
 o Portuguesa,
 s, só tem pre-
 divisão as
 ritas partidárias,
 te tivessem a
 e lavar essas
 i, assumindo o
 a política supra
 nção de mo-
 ação, basindo
 s cúpulas dos
 do, portanto,
 ência das rú-
 lizam, que as
 tido de uma
 determinada
 se a totalidade
 roubada às
 dos e passase
 o MFA como
 existente na
 ormando-se
 'a em Mo-
 ção, isto
 laríamos um
 este país e a
 aria a passos
 s, rumo ao
 'emos.
 Uma vez que
 fardo o uma
 tivamente
 foi acusado
 endereço na
 a, e pos-
 por deter-
 a acusação
 ionário, a
 s de folio:
 s como um
 ionário?
 IVA DE
 i ai tenho
 ado. Pode
 i ver mal o
 são. Fica
 se visão.
 Expresso

so longo da sua carreira. Se antes do 25 de Abril era um jornal claramente avançado, considero que, depois dessa data, ele está perfeitamente inserido no processo revolucionário. Não vejo, através das análises do jornal, qualquer atitude contra revolucionária. Por vezes, mas isso sucede não só conosco mas com todos os jornais, há pequenos apontamentos que na sua sede de informação, informação que referência nos seus artigos podem levar a pequenos divisionismos no nosso meio, no meio do MFA. Quando o Expresso's procegar a análise de determinadas linhas, isto numa análise política existente no MFA, a linha encabeçada por Juliano e a encabeçada por sicrano isto pode ser encarado por muitos camaradas como manobra divisionista, na medida em que pensam que não devem ser consideradas linhas. Mas a verdade, ao fim e ao cabo, é que muitas vezes essas linhas existem mesmo. Por vezes elas ~~aparecem~~, embora por vezes haja especulação jornalística por parte do Expresso, especulação essa que é uma tentativa de chegar à verdade. As pessoas é que por vezes encaram como uma verdade aquilo que os jornalistas especulam numa análise. A mim pessoalmente isto não me dá uma indicação precisa de que o Expresso seja contra revolucionário. Antes pelo contrário. Aproveito também a oportunidade para o felicitar bem como aos seus camaradas e dar-lhes o meu apoio pelas análises publicadas no vosso último número na página dez, que considero das coisas mais importantes e mais categóricas no aspecto de análise política que eu já li no Expresso.

Equilíbrio de forças e isenção das Unidades

EXPRESSO - Continuando agora esta conversa gostaríamos de abordar um tema que começa a ser foçado e determinados níveis. Desde algum tempo, parece verificar-se em

unidades da Região Militar de Lisboa, aquilo a que alguns camaradas sem chamam o saneamento à esquerda dos partidos da coligação. Segundo oficiais destas unidades reconhecidamente progressistas, esse saneamento é prejudicial ao processo, por um lado. Por outro lado, segundo eles essa situação poderá levar ao controle de unidades por uma só força cujos interesses partidários podem não coincidir exactamente com os da Revolução. Gostaria de saber, nesse sentido, na posição de comandante da RML, lioe a isto?

OTELLO SARAIVA DE CARVALHO - Em primeiro lugar gostaria de dizer que aquilo a que chamam o saneamento à esquerda não se verifica só em unidades da RML mas é também preocupação de unidades do resto do país. É realmente um facto que pode haver oficiais ditos progressistas que consideram prejudicial esse saneamento. Não considero que haja qualquer intenção nesse tipo de saneamentos no sentido de uma força poder vir a controlar a unidade. Temos todo o cuidado de evitar (e é também intenção desses saneamentos) que haja qualquer força política partidária que não seja o MFA a ter demasiada influência nas unidades. Verificou-se em muitos casos que havia unidades, e falo no caso específico de RML, que estavam a ser minadas por alguns partidos ditos de extrema esquerda. Ora esta influência partidária provocava, por vezes, actos de indisciplina e certos problemas na sua actuação operacional. Para que haja uma actividade operacional, tanto quanto possível isenta por parte de forças militares, e o MFA afirma-se partidário (isto é partidariamente que não politicamente), não se pode confundir de forma alguma com o Partido Comunista, ou com o Partido Socialista, com a UDP, FSP, MES, etc... embora admita que milicianos venham

já da vida civil animados de uma ideologia política.

De forma alguma, porém, posso admitir que esses elementos desenvolvam na unidade uma actividade política que é a do seu próprio grupo político, tentando minar as bases, no sentido de se retirar para a sua ideologia. O MFA é uma força política partidária que se quer manter acima de influências partidárias de qualquer grupo político. Isto é essencial para nós. Ora foi para que pudéssemos manter essa isenção que foram feitos esses saneamentos - à esquerda. Não quer dizer que "houveram" uma "intenção" deliberada de sanear elementos progressistas porque tanto foram saneados de algumas unidades elementos de extrema esquerda como elementos que declaradamente desenvolviam uma actividade ideológica de esquerda moderada. Sojamo aquilo que se pretende não é sanear todos os elementos que tenham ideologia partidária, porque sabemos perfeitamente que existem nas unidades indivíduos vinculados partidariamente, mas que na sua unidade sejam isentos partidariamente.

"Os partidos serão ultrapassados"

EXPRESSO - Continuando o processo político a avançar, num sentido socialista eminentemente de base e de independência nacional (reportando-nos pelo menos às últimas declarações de elementos do MFA) que nos parecer que, a médio prazo, os partidos tradicionais estarão ultrapassados pela dinâmica da revolução, o que, a acontecer, poderá levá-los a tentar mudar o curso do processo ou simplesmente a tentar travá-lo. Certo para isso de se lançar no "assalto" às unidades de intervenção do COPCON e tentar uma manobra no sentido de dividir as forças desta comande ou limitar os seus poderes de actuação. Que se lhe ocorre dizer a este respeito e qual a posição do COPCON face a tal eventualidade?

O TELO SARAIVA DE CARVALHO Considero que em grande parte tem razão. Os partidos políticos, mercê das circunstâncias, devidos às suas siglas e aos capitais de que podem dispor para toda uma manobra de propaganda que tem uma influência muito grande junto das massas populares, conseguindo agarrar assim o maior número de habitantes do país, ou então porque estão vinculados a determinadas forças estrangeiras e portanto não têm até uma questão de contratos a efectuar, não querendo de forma alguma que o plano que têm arquitetado para o caso de ficarem de posse do poder seja desfeito por uma Revolução que, a certa altura os ultrapassa ou transcende. Estou convicido de que realmente a dinâmica de revolução (dado que o MFA não está realmente vinculado a qualquer partido) ultrapassará os grandes partidos portugueses, sobretudo os partidos da coligação, pois o MFA como motor do processo não está vinculado a qualquer força estranha e, portanto, sente a revolução como sua, nacionalizada, nos termos (como diz o outro), não estamos hipotecados à social democracia europeia, não estamos hipotecados a qualquer bloco imperialista, não estamos vinculados à China, e somos capazes, estou convencido, de, a certa altura, ultrapassarmos os partidos políticos e nisso é que eu acho a nossa Revolução brilhante — se isso acontecer, os partidos muito provavelmente procurarão travar tanto quanto possível a força política do MFA e poderão de colaborar que têm sido (sem dívida alguma), tentar travar a influência política do MFA junto das bases e mesmo tentar desligá-las.

Julgo, no entanto, que a dinâmica do processo político em Portugal não deverá de modo algum condover-se dessa impossibilidade que os partidos possam sentir de serem eles próprios a conduzirem o processo revolucionário.

A esse travão que os partidos poderão opor ao MFA caber-nos-á, a nós, elementos do MFA, seguir em frente, levando ao nosso lado a força política do povo português.

Neste contexto, o COPCON, como elemento fundamental de

actividade politico-militar do MFA, tem um papel extremamente importante a desempenhar. É um órgão, embora vinculado ao Estado-Maior General das Forças Armadas, praticamente autónomo, independentemente nas suas formas de acção, utilizando uma legalidade revolucionária que pode impulsionar extremamente o processo numa dinâmica imparável, mesmo para os próprios partidos.

Se o MFA fosse um Movimento de Libertação

EXPRESSO — Nesse sentido que papel estaria reservado aos partidos que não quiseram passar à oposição, num futuro próximo?

O TELO SARAIVA DE CARVALHO — Estou convencido de que o MFA como motor real da Revolução, a certa altura ultrapassará a influência política dos partidos junto das bases destes.

Esta ligação que os partidos procuram constantemente manter estreita entre eles e as bases será alterada. Se o MFA fosse realmente um verdadeiro Movimento de libertação e houvesse uma ligação MFA-POVO, sem os partidos políticos, os homens políticos do país poderiam ser uns tecnocratas políticos, auxiliando o MFA na condução política do país, isto sem que eles tivessem uma preponderância junto às bases, das massas populares e que não estivessem vinculados a qualquer potência estrangeira ou a qualquer orientação política de qualquer bloco, mesmo do bloco europeu.

Portanto podemos jogar nesse sentido: o MFA, Movimento de Libertação, força política impulsionadora do processo revolucionário em Portugal estreitamente ligado às bases, às massas populares, ao povo português com o qual impulsiona o movimento revolucionário, tendo como elementos esclarecidos politicamente tecnocratas políticos, os grandes dirigentes políticos do país. Haveria praticamente uma quase dissolução dos partidos políticos.

Os campos de acção do COPCON

EXPRESSO — Referimo-nos, há pouco, ao COPCON. O

COPCON era inicialmente um órgão de decisão militar e que hoje em dia muitos consideram ao serviço e ao lado das classes trabalhadoras, tendo nesse sentido uma acção que não basta em classificar de revolucionária. O COPCON acumulando as funções de comando militar com as do comando da talada simboles Povo/MFA tornou-se num órgão bastante popular. Gostaria em termos muito gerais, saber como se dá essa evolução dentro do COPCON e de que modo as características próprias do seu Staff se foram alterando até à posição que ele hoje assume.

O TELO SARAIVA DE CARVALHO — O COPCON começou a sua actividade não exactamente com as características que hoje tem.

Desde a sua entrada em funcionamento em 13 de Julho do ano passado, criou-se um quadro geral de características perfeitamente operacionais com uma repartição de informações e uma repartição de operações para atender a uma imediatividade de acção no campo operacional.

Antes do 13 de Julho tinha estado a funcionar na Cova da Moura, no Estado Maior General das Forças Armadas, quase desde 26 de Abril de 1974, um órgão embrionário do COPCON que foi o centro de comando do conjunto operacional. Logo a partir desse órgão embrionário do COPCON se viu que teria fatalmente de transcender a sua actividade operacional e passar para um campo de características vindicadamente sociais. Logo após o 25 de Abril as pessoas sentiam-se desligadas de todo um conjunto de organismos que existiam, por outro lado começou uma actividade tremenda de massas populares e houve um corripção de gente que começou a socorrer-se da Cova da Moura, portanto do CCCO para resolução dos mais diversos assuntos.

Quando o COPCON se instala no Forte do Alto do Duque e começa a actuar como Comando Operacional do Continente, foram-lhe imediatamente cometidas, por decisão popular digamos, todas estas funções de características sociais, questões de conflitos de trabalho, mais recentemente problemas de habitação social.

foi até do COPCON que saiu o projecto de lei da habitação social e ao fim ao cabo lei a sofrer profundas alterações. O Conselho de Ministros fugiu um bocadinho à óptica revolucionária que o COPCON tinha procurado imprimir e utilizou outros factores que tinham fugido à apreciação do COPCON ou a que este tinha dado uma segunda prioridade.

Do onde resultou que a lei que veio a lume tivesse sofrido profundas alterações face ao projecto lei que havia sido elaborado pelo COPCON. Aparecem até no COPCON problemas de carácter particular mais recentemente empenhamo-nos, profundamente, no combate à criminalidade, sobretudo no capítulo da droga. Elementos do COPCON, juntamente com equipas da Polícia Judiciária e médicos que têm colaborado graciosamente no combate à droga a todos os níveis, sobretudo ao nível da juventude estudantil, temos feito experiências-piloto extraordinárias, que têm tido imensa acção e bons resultados. Temos feito palestras e em breve procederemos a exibição de filmes que mandámos vir do estrangeiro.

Consoante os casos que lhe vão aparecendo, o COPCON vai ramificando a sua influência e a sua capacidade de actuação e a espera vir aumentar o seu quadro orgânico que já é insuficiente para ocorrer aquilo que lhe é solicitado pelas massas populares.

Células do povo português

EXPRESSO — O Brig. Saraiva de Carvalho referiu-se há algum tempo, às Comissões de Moradores que classificou de pequenas células do povo português a viverem intensamente a sua revolução.

Há alguns dias voltou a revertê-lo aos Conselhos Revolucionários dizendo, nomeadamente, que seria necessário que esses conselhos rever posições face a estes organismos de organização da classe trabalhadora. Quer isto dizer que no contexto

revolucionário português se abrem novas perspectivas onde se poderão vir a inserir estes orgãos?

OTÉLO SARAIVA DE CARVALHO — Não diria que existem novas condições que integrem uns e outros. Eu diria que desde o início da Revolução Portuguesa que essas condições se podem verificar. Claro que, como sabemos, houve aquele período dramático de cinco meses, entre o 25 de Abril e o 25 de Setembro, durante o qual tudo se tornava extraordinariamente penoso no avanço da Revolução pelas condições difíceis que se viviam tendo à frente dos destinos da nação um homem como António de Spínola. A partir de 26 de Setembro tudo se clarificou e praticamente se tornou possível.

Tenho extraordinária simpatia pelas Comissões de Moradores que acho que têm sido essas tais células do povo português a viver intensamente a sua revolução. Células do povo que não se sentam à frente da televisão em pentilas a ler o jornal mas que vêm para a rua viver a revolução, lutando pelo bem estar da comunidade, para que outras famílias tenham acesso a habitação interessante e se profundamente pelo assunto. Acho isso extraordinário pelo que significa de altruísmo e integração perante um conjunto de sociedade que vive com intensos problemas.

Os Conselhos Revolucionários dos Trabalhadores, Soldados e Marinheiros, também já lhes dizem a minha simpatia a priori, na medida em que constituem, da mesma forma células de elementos trabalhadores, de elementos militares, que ali vão beber um pouco mais de experiência política de organização para a luta em que estamos empenhados. Dou também a minha simpatia a estes conselhos, tal como já os alirmei publicamente, embora também tenha considerado que não estou de tal maneira empenhado ou profundamente metido no conceito que se pretenda dar a esses conselhos para que possa fazer uma afirmação muito categorica sobre a sua utilidade neste momento. Assim, à partida, considerarei que esses conselhos revolucionários pela sua estrutura me parecem muito semelhantes aos soviets bolchevistas de 1917, na Rússia.

em Outubro ou Novembro, mas que no contexto actual da revolução portuguesa eu os veria como superiores. Não necessários à revolução na medida em que o MFA é o motor da revolução e a garantia para o povo português de que a revolução segue.

Os Conselhos Revolucionários se houver realmente uma travagem ou uma necessidade de arranque, poderão ser um extraordinário impulsionador do próprio MFA, no sentido de garantir o apoio das massas trabalhadoras e dos elementos militares já perfeitamente consciencializados desta revolução. Não quer dizer que se trate da existência de novas condições. As condições existem actualmente para que se formem realmente células do povo português a pensarem muito honestamente na nossa Revolução e a engendrar novas formas de participação na nossa revolução para que em conjunto com o MFA arranquemos decisivamente e estejamos sempre a pensar na melhor forma de caminhar em frente até ao processo final que será a mudança radical da sociedade portuguesa transformada finalmente numa sociedade socialista.

EXPRESSO — Na junção do MFA com os Conselhos Revolucionários e Comissões de moradores teríamos succedido uma forma de transformação do MFA num movimento de libertação?

OTÉLO SARAIVA DE CARVALHO — É uma das hipóteses que pode ser perfeitamente analisada e que cabe na tal atitude do repensar os Conselhos Revolucionários. Põe-se que estes se possam realmente inserir num conceito de globalismo com o MFA e com a totalidade do povo português para a criação, realmente, do tal Movimento de Libertação.

Que faz partir os quadros?

NOS ÚLTIMOS meses, tem-se agravado a partida para o estrangeiro de quadros portugueses das mais diversas categorias. São economistas, engenheiros, médicos, especialistas em informática, arquitectos, etc. que decidem sair do país e fixar-se noutros locais. Não se conhecem números (em Portugal, as estatísticas continuam a não funcionar a tempo), mas presume-se que já serão alguns milhares os técnicos que se fixaram na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá e no Brasil.

Não é preciso endear a tecnocracia para ser consciência de que os quadros fazem falta à reconstrução do país (os revolucionários cubanos que o digam). É preciso, por isso, impedir que continuem a sair, mas não, claro, pela força. A liberdade de circulação é sagrada e os portugueses, ao emigrarem clandestinamente em massa para a Europa, nos anos 60, bem demonstraram que não havia barreiras legais nem policiares que os impedissem de se deslocar.

Que faz estes homens abandonar Portugal? Nalguns casos, haverá razões políticas, obscuras ligações ao fascismo ou simples receio de saneamento. Noutros, serão a falência ou as dificuldades económicas das empresas onde trabalhavam, a ameaça do desemprego, a opção tomada enquanto é tempo. Noutros ainda, a desadaptação relativamente ao processo revolucionário, a insegurança física, a incerteza quanto a um futuro que não é previsível por métodos racionais e científicos.

Para além de todos os motivos pessoais, o que faz com que os quadros não permaneçam no seu país é acima de tudo a consciência que têm de que não está definido o seu papel na sociedade portuguesa do futuro. Esse papel só será esclarecido quando houver uma política económica clara e coerente e quando a intervenção dos trabalhadores na gestão das empresas, sobretudo no sector progressivamente alargado das actividades nacionalizadas, for reconhecida e praticada a todos os níveis (incluindo, portanto, os quadros).

Os técnicos qualificados de que dispomos e de que precisamos partilho, ou não, consoante as oportunidades que lhes forem concedidas por uma nova política económica portuguesa que tarda em ser estabelecida.

Angola e a revolução

ANGOLA CONTINUA a ser o problema essencial da descolónização portuguesa. Seja a quem for que se atribua as culpas, é indiscutível que, neste momento, há três problemas urgentes a resolver:

— Morrem ou são brutalmente agredidas, diariamente, dezenas de pessoas, na antiga e mais rica (e cobiçada) colónia portuguesa. Que fazer para que os atentados e as atrocidades parem?

— Regressam a Portugal milhares de portugueses que residiam em Angola. Como alojá-los e assegurar-lhes meios de subsistência, num país onde a situação económica não é brilhante?

— «Se o conflito se generalizar, as tropas que temos, neste momento, em Angola não chegam» (Melo Antunes, na conferência de Imprensa de quarta-feira). Caso seja necessário enviar mais tropas, quem quererá (e quem deverá) ir?

A resposta a qualquer destas três perguntas não é fácil, mas tem de ser encontrada. Se o não for, a violência sobrepôr-se-á à razão e a descolónização portuguesa ficará marcada por uma nódoa triste e dificilmente apagável. Mais do que isso, serão quase inevitáveis as repercussões do que sucedeu em Angola, no desenrolar, a tempo e sem desvios, da revolução portuguesa de 25 de Abril.

MENDES, J.

Que revolução e que organização?

J. Mendes

«E se a história estivesse chegando ao fim? E se, tentando fugir a uma armadilha que se abate sobre nós a uma velocidade prodigiosa, estivessemos contribuído para fechar essas malhas sobre nós? E se, vítimas de um artifício atroz da História, acreditando lutar pelo socialismo acabássemos de facto lutando pelo seu antipoda, o capitalismo de Estado?»

GUY DHORQUOIS, in «Pour l'histoire»

O ANO II da revolução portuguesa, ainda por se mostrar convincente será com certeza o das grandes definições, o da escolha imediata dos caminhos que a situação em algum ponto da escala de profundidade e de seriedade das suas proposições e dos seus ideais. Contando com um consenso nacional que endossa uma suposta opção socialista (vide eleições), terá Portugal as condições e os meios necessários (e suficientes) para a consecução dos objectivos revolucionários propostos?

Subjacente a essa vontade popular favorável à construção de uma «sociedade socialista» encontra-se, no entanto, o panthão de ideologias e interpretações diferentes (para não dizer antagónicas, conforme cada classe social), não só dos caminhos possíveis como da própria noção de socialismo. Coloca-se então a necessidade mais imediata da direcção e da organização da revolução visando evitar «desvios contrarrevolucionários». Caberia ainda perguntar da participação das classes trabalhadoras no processo e no poder (trata-se, antes de mais nada, da «sua» revolução).

De facto, se hoje, mais do que nunca, se encontram em pauta a actualidade da revolução por outro lado, deparamo-nos com um processo em muitos aspectos contraditório. Antes de mais nada, tem-se uma revolução que se vem delineando, talvez hereticamente, sem que o seu conhecido agente histórico e principal interessado, a classe operária e seus «aliados do campo e da cidade» tenha de facto chegado ao poder e, nesse

sentido, ao controlo do aparelho estatal. Trata-se de um impasse insolúvel e a longo prazo limitativo ou apenas dos primeiros passos de um verdadeiro processo revolucionário capaz de corrigir-se continuamente?

De qualquer maneira, constata-se estar realmente na ordem do dia o projecto revolucionário de uma classe que ironicamente não pôde ainda chegar directamente ao poder. Entretanto, parece ter ela encontrado um aliado no movimento militar responsável pela queda do regime político (fascista, todos já o disseram) precedente, movimento este que assumiu indubitavelmente o poder e a gerência total do Estado português.

A partir desse quadro rapidamente delineado, pode-se traçar algumas considerações sobre a questão da consciencialização e da participação no poder das classes trabalhadoras, bem como do papel de uma organização que, detendo o controlo do Estado, se propõe dirigir com (ou pelos?) os trabalhadores os destinos da revolução. Trata-se evidentemente de uma questão de particular importância para o futuro de Portugal.

Nesse sentido, vive-se um momento crucial na história de Portugal. Por um lado, accentuam-se as condições concretas para a aceleração da tomada de consciência das classes trabalhadoras e nomeadamente da classe operária, enquanto consciência de si como classe e enquanto agente activo de sua própria acção política e do seu papel (produtivo e revolucionário) na sociedade. Torna-se necessária nesse contexto a definição do campo de acção dessa

classe que, por não ter ainda chegado ao controlo dos centros de decisão, ao poder, necessita não só de uma praxis que a leve a ele, mas que também a leve a lançar as bases de uma sociedade socialista — ou seja, uma praxis total e totalizante.

Por outro lado, o desenvolvimento da consciência (política) não traz necessariamente os meios essenciais para se reconhecer e se fazer difundir como tal — nesse sentido, é fundamental a existência do trabalho político, isto é, a presença de uma organização-motor da revolução. No entanto, se esta, enquanto instrumento de CONCRETIZAÇÃO e REALIZAÇÃO dessa consciência, existiria como parte necessária desse mesmo CONCRETO, como participação efectiva nesse mesmo REAL, é também nessa mesma esfera que ela deveria encontrar os seus próprios limites e a sua relatividade. A organização-motor da revolução, o Estado que ela controla, não SÃO a revolução.

Admitir, portanto, a praxis política como uma praxis total não significa jamais dizer que o agente director desse processo possa constituir-se como seu instrumento único e total — ainda menos, totalitário. A organização, enquanto partido ou não, é e será sempre uma entidade privada, voluntária, voluntarista: podendo, participa quem quer. É justamente o oposto do Conselho de Operários (ou Soldados), onde todos, de direito, participam. Por outras palavras, a organização, o Estado, podem DIZER a verdade da revolução; essa verdade É e ESTA nos Conselhos.

Nessa perspectiva, pode-se ver mais claramente os perigos da ambiguidade inerente a toda praxis política que parta de um partido ou do Estado: há uma distinção fundamental entre dirigir e dominar; o órgão revolucionário pode DIRIGIR as classes trabalhadoras, o operariado,

mas é este (estas) quem deve(m) DOMINAR a sociedade e pela sua posição no processo de produção e pelas suas organizações de base — conselhos, comissões, células, etc.

Na grande maioria dos países capitalistas em que se luta pela construção da revolução socialista (e inclusive em muitos dos que já estão em fase mais avançada) o «partido revolucionário» (ou fundido ou não com o Estado) perdeu a noção das suas funções e dos seus limites. Isto deve-se ao facto de se ter organizado e ter estabelecido como objectivos principais a tomada e a manutenção do poder, do controlo da economia, do domínio da administração, sempre em prejuízo das suas funções políticas, culturais, sociais e organizadoras dos trabalhadores. Estruturado com base nessa dimensão distorcida, que representa apenas um dos aspectos iniciais da revolução, dedica-se a preservar a sua unidade e a sua coesão (seu domínio) pela imposição de uma disciplina e um conformismo à sua dominação tão mais rígidos e alienantes (e repressivos) quanto mais cresce como organização burocrática e detentora do poder. Cal-se então na propagação alienante (isto é a ela que Lenin se referiu), na manipulação autoritária e sectária do movimento operário, no isolamento das bases, acabando por ocasionar a divisão das forças revolucionárias, quando não a passividade ou a desorientação das massas trabalhadoras.

Numa situação revolucionária (ou pré-revolucionária?) como a de Portugal actualmente, corre-se o risco de se abafar as forças verdadeiramente revolucionárias, corre-se o risco de não se poder acompanhar os movimentos do operariado, demasiado dinâmicos para serem acompanhados por uma estrutura burocrática e dogmática voltada para a tomada (ou salvaguarda) do poder a nível de

cúpulas ou mesmo por uma organização politicamente revolucionária já no poder porém fechada à participação e às iniciativas das massas populares.

Uma revolução concretiza-se pelas transformações surgidas na aprendizagem política dos conselhos e movimentos de base, na participação dos trabalhadores nos centros de decisão. A revolução «vem de baixo». E o papel de uma organização que se propõe como o motor de uma revolução, sobretudo já estando no poder, é assegurar a autonomia da consciência da classe operária, contribuir para formá-la enquanto agente histórico da revolução, difundir-lhe enquanto conteúdo e concepção crítica da sociedade (jamais como propriedade de um novo detentor) — sobretudo se o partido tradicional da revolução perder de uma certa maneira a capacidade de gerar uma nova cultura consciente e crítica da sua sociedade. Al então, ao educador deve ser ele mesmo educado, dizia Marx.

Lembremo-nos também de Gramsci: «Dizer a verdade, caminhar juntos até à verdade significa realizar uma acção comunista e revolucionária». Podemos constatar pela experiência que as burocracias e o Estado raramente dizem a verdade (e assim mesmo, a sua verdade), não (apesar) por oportunismo político ou questões táticas, mas principalmente porque a verdade é impossível dentro do seu universo: se as decisões da cúpula chegam facilmente à base, a recíproca raramente é verdadeira.

É necessário evitar em Portugal a situação «dirigista», autoritária e de imposições de cúpula, bem como o isolamento das bases; afinal, esta é a marca registada de todas as revoluções burguesas e dos «sternidores» burocráticos que as acompanham.

O processo que poderia levar à consecução do projecto revolu-

cionário do operariado e seus aliados trabalhadores e soldados será baseado na sua visibilidade e seriedade pelas vias que mostrar seguir nos próximos meses. A construção de uma democracia socialista passa pelo controlo e a presença efectiva dos trabalhadores e soldados no poder (que é diferente de lá ter representantes dos partidos electorais), pela criação de uma nova cultura que emane das massas populares, pela unanimidade de participação nas decisões que dizem respeito a todos e pela elaboração colectiva e total da nossa praxis política.

A organização-motor da revolução não pode ser de natureza concorrencial (tipo electoralista), burocratizada, alijada e autoritária; como tal, ela se colocaria fora da realidade revolucionária das classes trabalhadoras, criando um universo hermético, uma realidade-irreal pseudo-revolucionária — passara somente a poder DOMINAR (até quando?), jamais a DIRIGIR. Ou ainda, nas palavras de Gramsci, a organização revolucionária que sequer instaurar um novo tipo de cultura, isto é, não só novas instituições mas também novas relações entre os homens, ou seja, não apenas novas estruturas mas também MUDAR A VIDA, um tal grupo não pode limitar-se a DOMINAR, deve também APRENDER A DIRIGIR.

Uma classe que se quer fazer monarca de um mundo a transformar tem que passar pela experiência da auto-educação e autogoverno, gradadora da consciência crítica de si própria e da sociedade em que vive — essa experiência nasce no universo dos Conselhos de Operários, Comunas Agrícolas, Conselhos de Militares e organismos micro-políticos e micro-sociais semelhantes: cada trabalhador, cada camponês, cada soldado poderá descobrir assim que a nova sociedade será de facto a sua sociedade.

Luís Manuel Rebelo de

TEMOS HOJE, além de um depoimento de Marcelo Rebelo de Sousa sobre o militante do PC Pedro Soares, desaparecido na semana passada, um artigo de Rogério Fernandes Ferreira, colaborador frequente da nossa secção económica, na rubrica «Reflectir como» (que, aliás, acabará para a semana), economista e advogado que organiza cursos sobre gestão financeira e fiscalidade. Temos também um texto de um latino-americano (que assina sob pseudónimo por razões óbvias) que chegou a Portugal poucos dias depois do 28 de Setembro e tem acompanhado com grande interesse a revolução portuguesa.

Um homem e um democrata

Marcelo Rebelo de Sousa

1 — ESTOU ainda a vê-lo, atento e metódico, durante a elaboração de actual Lei de Imprensa. O contacto intenso (tantas tardes e noites sem paragens...) de quase dois meses de Verão permitiu-me-o ouvir e falar com ele de muitos dos mais importantes problemas nacionais. A sua afabilidade, a sua capacidade de diálogo, a sua procura de entendimento, transformaram-no num companheiro de trabalho, comunicativo e amigo.

Não era jurista, e tinha das leis aquela visão pouco formal de quem acredita nas virtualidades das transformações revolucionárias.

Representante de um partido, fazia questão de expor sem hesitações a sua posição, mas estava sempre disposto à negociação, e à conciliação de pontos de vista diversos. Sendo o mais velho de todos nós, era o primeiro a

chegar e o último a partir, com uma pontualidade rigorosa, que sofria a falta de horários de alguns outros.

Dia a dia, não deixava nunca de estudar todas as propostas, de comentar todas as sugestões, trazendo-as anotadas em bloco que lia, demonstrativo de um trabalho consciencioso e incessante.

2 — Fiquei, pelos acasos da distribuição de lugares, a seu lado do primeiro ao último dia da Comissão, e isso me permitiu acompanhá-lo de perto a forma simples mas profíqua com que intervinha. Sem rodeios, sem circunlóquios não pretendendo exibir erudições, antes com a preocupação de fazer avançar o ritmo do trabalho...

Algumas das actuais disposições da Lei de Imprensa mereceram a sua intervenção, uma intervenção que andava sempre

ligada à ideia da vitória da democracia no nosso país.

Aliás seria esta uma das características mais marcantes do homem e do político: as relações com gente de outros quadrantes ideológicos; a defesa de uma luta unitária pela consolidação do processo democrático, aberto a todas as formas de cooperação antifascista, procurando fazê-lo sem discriminações ou imposições unilaterais.

3 — Pode, depois, participar com ele numa mesa-redonda organizada no EXPRESSO. Estiveram também Jorge Campinos, Pedro Ramos de Almeida, Jorge Miranda e Nuno Brederode dos Santos.

Foi mesmo o único dirigente do PCP que acedeu a participar em iniciativas do jornal, com uma distribuidibilidade e uma isenção que são difíceis de esquecer.

E, a sua presença foi, uma vez mais, um factor de entendimento. Sobretudo quando uma viva polémica se abriu entre Jorge Campinos e Pedro Ramos de Almeida (polémica essa de que o jornal viria depois a dar apenas uma esbatida tradução).

4 — Todo este mundo de imagens me povoa no momento em que, submerso numa impressionante multidão silenciosa, percorro os quilómetros lentos que separam o Pavilhão dos Desportos do Alto de S. João.

Há instantes destes. Em que num turbilhão acorem ao pensamento recordações íntimas, quase frenéticas, de alguém que, de uma maneira ou de outra, nos habituámos a estimar.

E, contudo, as nossas opções doutrinaárias e ideológicas eram

muito diversas. E, contudo, o nosso encontro ocorreu, ocasionalmente, fruto de um cruzamento chamado cooperação de partidos de um mesmo Governo de coligação. E, contudo, depois deste encontro cada qual continuará o seu caminho próprio e diferente.

Mas, que importa o acaso dos encontros, que importem os afastamentos ideológicos, se a boa era (e é) de cooperação, se o contributo militante de muitos de vários quadrantes é essencial, em convergência e em respeito recíproco para dar vida a uma verdadeira sociedade democrática em Portugal?

Uma das lições que pude apreender foi precisamente essa: a de que a democracia se faz no entrecruzar das linhas democráticas, e não no seu sistemático choque frontal; que a democracia exige o respeito da plurali-

dade, e repudia a facilidade do monolitismo de um só, ou de uns quantos que assumam a verdade própria e alheia. E, ainda que a luta pela democracia não conhece tréguas; começa cada dia que passa, sem hiatos, sem acomodatamentos, sem violentações, com aquela tenacidade militante que foi uma constante da sua vida de antifascista.

13 de Maio. 21 horas. No Alto de S. João. Para além da manifestação de militância de um Partido, havia um homem e uma mulher, dois lutadores, que iam a enterrar. Iba isoadá no mar de milhares de companheiros de outro partido, ali estive, a relembrar o homem, que aprendi a estimar, e a lição da sua vida de democrata, que ninguém poderá contestar.

Chamava-se Pedro Soares e morreu, estupidamente, num desastre de automóvel...

Ferreira, Rogério Fernandes

Reflexões sobre a actualidade económica e política

Rogério Fernandes Ferreira

QUEM TEM acompanhado o novo surto de greves e o recrudescimento de certas reivindicações menos realistas ou inopórtunas que ultimamente grassaram entre nós não pode deixar de alarmar-se, atestando na real situação do País.

Receia-se que o mau ou insuficiente esclarecimento da generalidade dos portugueses sobre os problemas gravíssimos da Economia Nacional venha a afectar seriamente a Revolução, e, conseqüentemente, a afundar-nos, conduzindo a paralizações em cadeia, crescimento desemprego, carências de bens (por insuficiências de produção ou impossibilidades futuras de importações). Tal já não é prognóstico mas diagnóstico.

Será um lugar comum concluir que, esgotados possibilidades e capitais das empresas, a necessária continuação da actividade destas acarretará, para cobertura de deficits, créditos da Banca Nacional, ou subsídios do Estado, agravados com quebras de receitas fiscais. Ou então os trabalhadores (consumidores) passam a suportar subidas de preços.

O recente caso dos tipógrafos, que aliás foram sob muitos aspectos grandes vítimas do regime anterior, leva à descrição de questão que se conhece razoavelmente.

Um livro que uma tipografia factura a 50500 é vendido, grosso modo, ao consumidor, a 200500. Se o custo desse livro na tipografia passar a 100500, o seu preço de venda ao leitor passará a 400500. Isto devido aos demais custos (história e distribuição) que estão a ser função do custo de base — o da tipografia (!).

Como os livros de estudo deverão destinar-se a filhos de trabalhadores, estes sofrerão redução impressionante do seu poder de compra, após a concessão de puros aumentos salariais retribuídos. Porém, sendo não só tipógrafos a reivindicar justos aumentos de salários, mas toda

a gente, certo será que todos ficarão em piores condições do que antes dos aumentos conseguidos. Diato não resultam dévidas a quem apreciar friamente o que está ocorrendo.

Revela-se fácil de entender que a melhoria real e persistente do bem-estar do Povo não se verificará se acaso se tomarem apenas medidas tendentes a aumentos de salários individualise e reduções de horas de trabalho. Claro que se têm de ressaltar os casos daqueles trabalhadores que se encontram em situações de injustiça flagrante, ao lado de situações escandalosas de retiradas de fundos da parte de administradores e sócios.

Auténticas melhorias de bem-estar geral terão de resultar essencialmente do seguinte:

— contensão de lucros privados (solução fácil, emboço hoje já cercada sob certos aspectos e em inúmeros casos);

— redistribuições (via fiscal), salário familiar, acção social, fundos de poupança dos trabalhadores;

— acréscimos de produtividade (através de melhores racionalizações de produção, bom aproveitamento dos equipamentos, perfeita organização das empresas, boa aplicação no trabalho, criatividade, eficiência, etc.); o que se está a passar neste campo é de todo lamentável e incompreensível;

— aumentos reais da produção (através de aproveitamento de recursos ou factores de produção que têm estado improdutivo — terras, equipamentos, instalações, capitais, trabalhadores desempregados, etc.);

— consciencialização dos trabalhadores através da sua activa participação no exame da gestão, da produção, da produtividade, etc.;

— definição urgentíssima de regras para actuação das pequenas e médias empresas viáveis que por certo se entenderão de «ño nacionalizarem»

— e, sobretudo, alterações profundas (com adequadas racionalizações e eliminação de parasitismos) do sector «distribuição» (praticamente pouco se fez ainda neste campo).

Deveriam ser ministradas — com a maior urgência — noções de Economia aos trabalhadores. De facto, seriam de efectuar também campanhas de dinamização cultural no campo económico.

Se pouco se continuar a fazer nos aspectos apontados, cri-se que em 25 de Abril de 1976 a Sociedade Portuguesa viverá ainda em maiores dificuldades.

Todos os verdadeiros portugueses gostariam que no futuro se vivesse realmente melhor em Portugal. Porém, porque mais vale ser pessimista do que optimista, acha-se útil dar «vozes negras» (!) para que todas as pessoas verdadeiramente interessadas no progresso do País se consciencializem e colaborem, realizando, com os meios inventariados, sob regras de maior eficiência, as tarefas necessárias aos objectivos nacionais (que importa fixar convenientemente).

Assim, dir-se-á que as medidas ultimamente anunciadas ao País não bastarão para conter a inflação e os deficits da balança comercial. É também não servirão para resolver o problema do desemprego; podem «amarrá-los», mas não o debelam.

Orn, em resultado da acumulação de prejuízos e também de aumentos puramente monetários dos activos (devidos à inflação) vêm surgindo aumentos de passivo que acarretam encargos financeiros às empresas da ordem dos 5 por cento a 10 por cento dos valores das vendas.

Além dos encargos financeiros são notórios outros acréscimos de custos dos bens e serviços, derivados de diversos componentes da produção; quebrea de produtividade no trabalho, não utilização de activos fixos e circulantes existentes; salários, impostos, encargos parafiscais,

transporte, seguros, matrizes, energia, etc., tudo vem aumentando.

Não se conseguindo progresso no domínio do económico também não poderá haver êxito, em termos políticos (?).

Otras questões:

Diz-se que as remessas dos emigrantes têm sido travadas por sabotagem. Ocorre referir que exceptuando as remessas destinadas a suprir consumos de familiares, não se sabe que aplicações se deverão recomendar para as poupanças dos emigrantes (em terras não, em casas não, em negócios não, em títulos não, em depósitos não, em quê então?). Não basta, portanto, combater alarmismos (inflação, desvalorização, etc.) com palavras. O que importa sim é encontrar soluções viáveis para tão importante problema.

É como conseguir recuperar as actividades ligadas ao turismo?

— Também não parece que estejam já encontradas soluções concretas adaptadas à realidade presente.

Conclusão:

É importante não ludir os difíceis problemas que temos por resolver e que são verdadeiros desafios à capacidade e vontade dos portugueses — técnicos, trabalhadores...

Uma coisa é certa: — não será possível percorrer qualquer via socialista, se cada Português não pensar nem agir em termos socialistas, antes procurar o aproveitamento da liberdade e das novas condições conquistadas para resolver oportunisticamente os seus problemas individuais ou particulares, continuando a colaborar pouco em soluções sociais ou colectivas que visam o bem geral e não apenas o de determinados grupos de trabalhadores.

Na realidade, quem contempla certos comportamentos e atitudes, nomeadamente alguns relacionados com os últimos surtos grevistas e recrudescimento de reivindicações em todo o País não pode deixar de ficar receoso

quanto ao futuro que nos espera (?). Porém, como hoje tudo dependerá de todos e não só de alguns, a solução dos problemas comuns passará imprescindivelmente pelas actuações convergentes de todos nós. Logo: mãos ao trabalho (!).

(1) Aliás, este é um exemplo de entre muitos. Pense-se, por exemplo, ao preço do vinho ao lavrador e nos restaurantes; nos preços da fruta, dos refrigerantes, da cerveja, dos bolos, etc., etc.

(2) As únicas transformações de relações económicas que conseguiram impor-se e permanecer foram as que trouxeram desenvolvimento social superior, de maior produtividade e eficiência do ponto de vista económico e que a partir dele acarretaram um desenvolvimento cultural mais progressista. Todas as tentativas revolucionárias assentes em atitudes idealistas, fora de correspondência com as necessidades económicas e que não souberam criar novos sistemas económicos viáveis — mas, rapidamente esboçaram.

Cf. «La troisième voie» de Ota Sik, ed. Gallimard.

(3) Com efeito, não se pode resolver os problemas dos funcionários camarários demandando por resolver os dos funcionários do Estado. Não se pode resolver os problemas dos mecânicos dos aviões deixando em suspensão o dos mecânicos de automóveis. A resolução do problema das costureiras das tipógrafas afectará o das costureiras das confecções.

Não se pode agravar o problema dos empregados dos sectores de vendas deixando em suspensão o dos sectores de produção. Não se podem aumentar salários de operários de indústrias sem atender às condições de vida dos trabalhadores rurais, etc. Parece, pois que a impaciência é reacção e contrarrevolucionária.

(4) Referir há dias o dr. Carlos Carvalho que estando já a maior parte de mais-valias criada pelo aparelho produtivo nas mãos da colectividade, algumas das lunas já não se animam entre o capital e o trabalho, mas entre o trabalho e a colectividade.

É acrescentava que se necessita, portanto, de um novo cálculo económico e de novas formas de contração colectiva, conquistando a classe trabalhadora para a batalha da produção.